

EPF

ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, LDA.

RELATÓRIO DE GESTÃO Ano Civil de 2013

I

Balanço do Ano 2013

- I.1 - Relato Genérico
- I.2 - Evolução da Atividade Formativa
- I.3 - Análise Económico-Financeiro
- I.4 - Principais Investimentos

II

Perspectivas de Evolução para o Ano 2014

- II.1 - Projetos de Formação
- II.2 - Projetos de Trabalho
- II.3 - Projetos de Investimento

III

Situação Contributiva

IV

Acontecimentos Após a Data do Balanço

IV

Proposta de Aplicação de Resultados

Felgueiras

I. BALANÇO DO ANO 2013

I.1 RELATO GENÉRICO

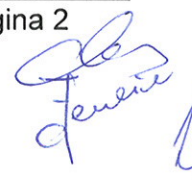
O ano civil de 2013 decorreu num ambiente de forte contenção orçamental decorrente de compromissos internacionais assumidos pelo governo da república. Nesse contexto, todo o sistema educativo, em geral, e as escolas profissionais em particular, sofreram cortes e reduções ao nível do financiamento em praticamente todas as ofertas formativas e uma contração ao nível da oferta formativa.

O ano de 2013 foi particularmente marcado por algumas condicionantes, nomeadamente:

- A EPF, Lda é uma empresa local que se rege pela Lei 50/2012, de 31 de agosto e demais legislação aplicável às empresas locais;
- A aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso, obriga à adopção de procedimentos burocráticos que não se coadunam com a dinâmica de funcionamento de uma escola profissional;
- O fim do quadro de financiamento limita as oportunidades em termos de novas ofertas formativas, não possibilitando a reposição daquelas que terminam;
- A redução do nível da oferta formativa e atividade da Escola devido ao fim do CNO e dos cursos EFA, não foi acompanhado do mesmo nível de redução no que concerne aos gastos da estrutura, que sofreu vários aumentos no período de 2009 a 2011,
- Por decisão da Assembleia Geral de 27/11/2013, da entidade proprietária verificou-se a alteração da gerência da EPF-Ensino Profissional de Felgueiras, Lda
- Por decisão da Assembleia Geral de 17/01/2014, foram nomeados novo TOC e ROC, tendo os mesmos iniciado as suas funções efetivas a partir de março de 2014.
- Os novos cursos aprovados para o ano letivo 2013/2014, apresentaram cortes em termos financeiros face aos anos anteriores. Os CEF (Cursos de Educação e Formação de Jovens) e os recentes Cursos Vocacionais apresentam contrapartidas financeiras muito reduzidas. As tabelas propostas em relação a estes dois tipos de formação estão fortemente sub-financiadas, não permitindo cobrir os custos reais dessas formações.

Apesar deste contexto global externo difícil e adverso, o ano de 2013, apresentou resultados positivos em termos pedagógicos. A Escola participou com sucesso em vários projetos e concursos com excelentes resultados, que contribuíram para o engrandecimento da imagem da Escola e para a formação pedagógica dos seus alunos.

Durante o ano de 2013, a Escola continuou a sua aposta num ensino de qualidade e de exigência, por forma a manter a sua reputação, construída de forma sustentada ao longo da sua existência.



Relatório de Gestão – Exercício de 2013

Os bons resultados pedagógicos, o sucesso do seu modelo educativo e formativo, que apresenta uma forte componente prática ligada ao mundo do trabalho, têm permitido que a instituição mantenha bons níveis de captação de candidatos para a sua principal oferta formativa, -os cursos profissionais-, isto apesar do decréscimo de alunos no ensino secundário e do aumento de oferta formativa por parte das Escolas Secundárias do concelho.

Em termos financeiros verificou-se alguma estabilidade durante o 1.º semestre, fruto da transferência atempada das contrapartidas financeiras. Contudo, a situação financeira degradou-se gradualmente até ao final do ano, devido aos recorrentes atrasos relativamente ao pagamento dos saldos finais do ano letivo de 2012/2013 e ao atraso nos adiantamentos relativos ao ano letivo 2013/2014.

No que respeita ao Gabinete Técnico da EPF – G-TEK, a sua atividade manteve-se praticamente residual.

A Entidade manteve a sua adesão ao Programa AVES, de **Avaliação Externa da Qualidade de Ensino**, desenvolvido pela conceituada Fundação Manuel Leão, visando a realização de uma atividade programada de avaliação da nossa qualidade de ensino, nos processos educativos da escola e da sala de aula, do grau de satisfação dos vários membros da comunidade escolar e cujos primeiros resultados se encontram já materializados em relatórios periódicos de avaliação, que aferem da nossa situação e constituem já ferramenta de reflexão e melhoria contínua do nosso projeto educativo e formativo.

Em termos pedagógicos, o ano foi globalmente positivo. A Escola conseguiu realizar um conjunto de atividades e projetos que contribuíram para o sucesso do projeto educativo. Os projectos educativo e formativo foram todos integralmente executados, em termos de execução física/horária - e com grande qualidade pedagógica.

Assim, é possível afirmar em termos globais que, apesar das limitações financeiras de que a Entidade padece, se colheram excelentes resultados, no que respeita à execução das candidaturas aprovadas em regime de co-financiamento comunitário:

A oferta formativa desenvolvida pela entidade no período de 2013 é a seguinte:

No âmbito do Eixo 1 do POPH

12 Ações da Tipologia 1.2 – Cursos Profissionais

2 Ações da Tipologia 1.3 - Curso de Educação e Formação de Jovens

No âmbito do Eixo 2 do POPH

3 Ações da tipologia 2.3 – Formações Modulares Certificadas/Componente de Base

27 Ações da tipologia 2.3 – Formações Modulares Certificadas/Componente Tecnológica

O corpo geral de colaboradores apresentou um ligeiro decréscimo, em consequência da diminuição da oferta formativa.

EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

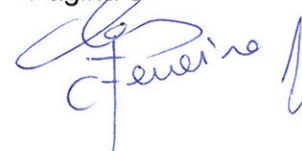
SEDE: Rua dos Bombeiros Voluntários – 4610-165 Felgueiras

N.º DE CONTRIBUINTE: 504 575 848

CAPITAL SOCIAL: 376.000,00 Euros

Inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Felgueiras sob o n.º 504 575 848

Página 3



Relatório de Gestão – Exercício de 2013

Por todo o exposto, tratou-se de mais um ano de intenso trabalho, de consolidação da experiência formativa da entidade por outras tipologias e outros públicos-alvo, alcançando-se os objetivos e metas de trabalho inicialmente propostos.

Das inúmeras atividades e projetos desenvolvidos, permitimo-nos destacar:

O bom nível de execução do Plano Anual de Atividades Escolares/Qualificação Inicial – documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete a sua metodologia de ensino e aprendizagem fortemente baseada em trabalho de projeto e que voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição.

Dos excelentes resultados obtidos, destacam-se:

- **Concurso de Acessórios de Moda integrado no evento “Namorar Portugal”**

3º Edição/Vila Verde – 1º e 2º Prémio

- **Concurso Internacional de criadores de Moda “Lenços dos Namorados”**

10ª Edição/Vila Verde – Prémio Impacto Visual

- **Mostra Nacional de Ciência**

Concurso para Jovens Cientistas e Investigadores

21ª Edição/Lisboa – Vencedor na categoria “Especial Energia” - participação de 5 Projetos

- **Festival Nacional de Robótica**

13ª Edição/Lisboa – Participação nas provas de acesso ao Mundial de Robótica – Futebol Robótico Júnior e Busca e Salvamento Júnior

- **Concurso INOVA - Jovens Criativos – Empreendedores para o Século XXI**

Final Nacional/Lisboa - Projeto E-Vote - Votação Eletrónica foi selecionado pela DREN para representar a região norte na edição 2013.

No decorrer do ano, muitas outras participações de âmbito escolar foram concretizadas, nomeadamente participações, entre outras, nos concursos **Roboparty – 7ª Edição, 7º Grande Prémio Frei Gil – Carros e Barcos Solares, IV Concurso de Espantalhos 2013**. Para lá participações foram ainda realizadas diversas visitas no âmbito de **Formação em Contexto de Trabalho**, de modo a reforçar os conhecimentos adquiridos em contexto de sala.

Há a realçar também a experiência positiva nas ofertas formativas de qualificação de adultos – **Formações Modulares Certificadas** – Balanço bastante positivo e estratégico no que respeita à oferta formativa certificada para a população adulta ativa que permite uma qualificação dos recursos humanos imperiosa no contexto regional e nacional.

I.2 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE FORMATIVA

Apesar de um contexto particularmente severo e recessivo e das vicissitudes específicas do modelo de financiamento e funcionamento, em termos globais, a atividade formativa manteve o mesmo nível de atuação no que aos cursos profissionais diz respeito (tipologia 1.2 do POPH). As principais reduções verificaram-se relativamente à oferta formativa direcionada para os adultos no âmbito do CNO e cursos EFA.

- Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POPH)

a) Turmas e Curso

O número de turmas em funcionamento estabilizou nas 12 Turmas distribuídos por 8 cursos

Técnico de Gestão/Planeamento e Produção – 3 Turmas

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – 2 Turmas

Técnico de Design de Moda – 1 Turma

Técnico de Gestão de Equipamentos de Informáticos – 2 Turmas

Técnico de Energias Renováveis – 2 Turma

Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação – 1 Turma

Técnico de Multimédia – 1 Turma

b) Alunos

Seguindo a linha ascendente dos anos anteriores, continuou o aumento do número de alunos. Atualmente, o Corpo Discente acolhe cerca de 270 alunos.

c) Número de Horas

O Volume de formação anual médio, nesta tipologia, ronda as 277.463 horas de formação (horas formação x n.º alunos).

d) Taxas de conclusão

As turmas finalistas em Julho de 2013 apresentaram as seguintes taxas de conclusão:

- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos

80% de conclusão - 16 alunos diplomados

- Técnico de Gestão / Planeamento e Produção

100% de conclusão – 18 alunos diplomados

- Técnico de Energias Renováveis

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

- 100% de conclusão – 17 alunos diplomados
- Técnico de Design de Moda
 - 75% de conclusão - 15 alunos diplomados

c) Empregabilidade

Malgrado o contexto socioeconómico nacional desfavorável e particularmente adverso à inserção dos jovens no mercado de trabalho, as taxas de empregabilidade dos nossos formandos finalistas mantiveram elevado desempenho, atingindo os seguintes valores:

- **Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos**
 - 85% de empregabilidade (88% no mercado de trabalho e 12 % no Ensino Superior/Serviço Militar)
- **Técnico de Gestão / Planeamento e Produção**
 - 94% de empregabilidade (88% no mercado de trabalho e 12% no Ensino Superior/Serviço Militar)
- **Técnico de Energias Renováveis**
 - 94% de empregabilidade (75% no mercado de trabalho e 25% no Ensino Superior/Serviço Militar)
- **Técnico de Design de Moda**
 - 85% de empregabilidade (82% no mercado de trabalho e 18% no Ensino Superior/Serviço Militar)

Os resultados finais alcançados são assinaláveis e compensadores, pois espelham um esforço coletivo, o empenho e persistência dos formadores e demais equipa pedagógica da escola.

O esforço de manutenção de taxas elevadas de conclusão dos cursos continua a apresentar-se como condição necessária à ação educativa, dado o peso fundamental deste parâmetro no processo de avaliação externa da entidade, perante as suas entidades tutelares, fazendo parte integrante da contratualização de resultados que é anualmente formalizada entre as partes. Realça-se mais uma vez que a escola pauta a sua intervenção por uma atitude proativa, colaborante e contínua no acompanhamento dos formandos que ainda não concluíram os seus percursos formativos, visando o sucesso educativo pleno.

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

- Cursos de Educação-Formação de Jovens (Tipologia 1.3 do POPH)

a) Curso de Educação-Formação (CEF) de Tipo 2

Manteve-se o número de turmas desta tipologia, com 2 turmas do CEF de Eletricista de Instalações (a partir de setembro de 2013 ficou reduzido a uma turma).

b) Alunos

O curso envolve duas turmas com um total de 36 formandos.

c) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 31.372 Horas de formação (horas formação x n.º alunos)

d) Taxa de conclusão

A turma finalista em 2013, apresentou uma taxa de conclusão de 100% em termos de certificação escolar (15 formandos) e 93% em termos de certificação profissional (14 formandos).

e) Empregabilidade

A turma finalista em 2013 alcançou o 100% de empregabilidade (67% na progressão de estudos no ensino profissional e 33% no mercado de trabalho)

- FCM's – Formação Modulares Certificadas (Tipologia 2.3 do POPH)

a) Unidades de Formação

Nesta tipologia de Formação, a entidade viu aprovados 2 projetos para execução no biénio 2012-2013, que se encontram em execução:

- 1 Projeto de FMC's/Componente de Base, para 8.000 horas de formação (horas formação x n.º alunos);
- 1 Projeto de FMC's/Componente Tecnológica para 27.500 horas de formação (horas formação x n.º alunos)

b) Alunos

As ações envolveram, no período em análise, 578 adultos, em regime pós-laboral

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

c) Número de horas

No período em apreço registou-se um volume de formação de 23.459 horas (horas formação x n.º alunos).

- Curso Vocacional

a) Curso Vocacional Básico

Em 2013 iniciou, pela primeira vez, um Curso Vocacional Básico

b) Alunos

O curso envolve 1 turma com um total de 22 formandos.

c) Número de Horas

O volume de formação entre setembro e dezembro de 2013 nesta tipologia, ronda as 8.712. Horas de formação (horas formação x n.º alunos).

d) Taxa de conclusão

O primeiro curso ainda não terminou.

Empregabilidade

Não existe ainda historial.

I.3 AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRO

I.3.1 – Principais Aspetos Financeiros

Atendendo à origem da oferta formativa ministrada no exercício, mantém-se a quase exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS). Assim, em termos de dossier final de 2013 da formação co-financiada e comparando-a a igual período do exercício anterior, a situação a 31 de Dezembro apresenta a seguinte expressão:

CUSTOS ELEGÍVEIS E REEMBOLSOS

QUADRO I - A
CURSOS PROFISSIONAIS – TIPOLOGIA 1.2/POPH

	2013	2012
Despesa Executada do período janeiro-agosto	850.080,87	902.815,86 €
Despesa Executada do período setembro-dezembro	460.461,89 €	527.524,92 €
Total	1.310.542,76 €	1.430.340,78€
Reembolsos Pagos	850.080,87 €	975.562,2 €
Valor Total por Reembolsar	460.461,89 €	454.778,58 €

QUADRO I - B
CURSOS DE EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO - TIPOLOGIA 1.3/POPH

	2013	2012
Despesa Executada do período janeiro-agosto	70.350,01 €	119.449,29€
Despesa Executada do período setembro-dezembro	35.855,22 €	65.572,78€
Total	106.205,23 €	185.022,07 €
Reembolsos Pagos	70.350,01 €	126.908,89 €
Valor Total por Reembolsar	35.855,22 €	58.113,18 €

QUADRO I - C
CENTRO NOVAS OPORTUNIDADES (RVCC) – TIPOLOGIA 2.1 /POPH

	2013	2012
Despesa Executada do período janeiro-dezembro	20.964,77 €	255.252,30 €
Reembolsos Pagos	805,04 €	212620,81 €
Valor Total por Reembolsar	20.159,73 €	42.631,49 €

QUADRO I - D
FMC BASE– TIPOLOGIA 2.3/POPH

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

	2013	2012
Despesa Executada do período janeiro – dezembro	23.373,00 €	26.240,93 €
Reembolsos Pagos	23.373,60 €	26.240,96 €
Valor Total por Reembolsar	0 €	0 €

QUADRO I - E
FMC – TECNOLÓGICA – TIPOLOGIA 2.3/POPH

	2013	2012
Despesa Executada do período janeiro-dezembro	144.769,90 €	13.667,10 €
Reembolsos Pagos	109.720,36 €	13.667,10 €
Valor Total por Reembolsar	35.049,54 €	0 €

QUADRO I - F
CURSOS VOCACIONAIS

	2013	2012
Despesa Executada do período janeiro-dezembro	17.695,67 €	0 €
Reembolsos Pagos	0,0 €	0 €
Valor Total por Reembolsar	17.695,67 €	0 €

QUADRO I-G
SITUAÇÃO FINAL DE REEMBOLSOS POR RECEBER

	2013	2012
Reembolsos POPH 1.2 – Cursos Profissionais	460.461,89 €	454.778,58 €
Reembolsos POPH 1.3 – Cursos de Educação-Formação	35.855,22 €	58.113,18 €
Reembolsos POPH 2.1 – RVCC/Centro Novas Oportunidades	20.159,73 €	42.631,49 €
Reembolsos POPH 2.3 - FMC BASE	0 €	0 €
Reembolsos POPH 2.3 - FMC TECNOLÓGICAS	35.049,54 €	0 €
CURSOS VOCACIONAIS	17.695,67 €	0 €
SITUAÇÃO FINAL Reembolsos a Favor da EPF	569.222,05 €	555.523,25 €

I.3.2 – Análise de Custos, Proveitos e Resultado

O resultado líquido do período, negativo no montante de 152.274,00 €, resulta da diferença entre o total das receitas no montante de 1.645.663,87 € e o total dos gastos no montante de 1.797.937,87 €.

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

A principal rubrica das receitas, os Subsídios à Exploração, provenientes na sua grande maioria do POPH/OSS, diminuíram cerca de 19% face ao ano anterior, correspondendo a uma redução superior a 368.000,00 €. Apesar dessa diminuição ao nível das receitas, não se verificou uma redução na mesma proporção relativamente às duas principais rubricas de gastos. Os Fornecimentos e serviços externos, no montante de 765.865,59 € diminuíram cerca de 13% face ao ano anterior e os gastos com o pessoal, no montante de 949.803,67 € diminuíram cerca de 5%. A diminuição verificada nessas duas rubricas ascende ao montante de 172.482,07€, originado um diferencial negativo de cerca de 195.500,00 €, entre a redução das receitas provenientes dos subsídios e as duas rubricas de gastos referidas.

Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal ascenderam em 2013 ao montante de 949.803,67€, correspondendo a uma média de 41 colaboradores.

Verificou-se uma redução no montante de 54.314,19 €. Essa redução deveu-se, em parte, à redução do n.º de colaboradores, causada pelo encerramento do CNO e não foi mais expressiva devido ao aumento da provisão do custo de férias e subsídio de férias para 2014, no montante de 39.670,96 €.

Fornecimentos e Serviços Externos

Em 2013: 765.865,59€

Em 2012: 884.033,47 €

Mapa de Análise Comparativa dos gastos mais relevantes

Contas	Exercícios		Variação %
	2013	2012	
Honorários (1)	178.745,71€	238.040,46 €	-24,9%
Deslocação e estadas (2)	161.251,01€	150.967,31 €	7%
Material pedagógico (3)	37.111,23€	57.600,90 €	-35,5%
Combustíveis (4)	6.233,24€	7.373,72 €	-15%
Outros serviços Bolsas de Formandos (5)	24.622,82€	40.647,94 €	-39%
Outros Serviços Alimentação – Formandos (6)	245.780,37	225.258,33 €	9%

Da análise do quadro anterior, relevam-se as seguintes notas:

- (1) Redução significativa dos honorários resultante da diminuição da oferta formativa derivado do encerramento do CNO e dos cursos EFA's.
- (2) As despesas de deslocação dizem sobretudo respeito aos passes dos formandos.
- (3) Verificou-se uma diminuição do material pedagógico devido em parte à redução da oferta formativa e de uma política de contenção relativamente a este tipo de despesa.

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

- (4) A redução dos consumos de combustíveis está associada à redução da oferta formativa (as atividades do CNO implicavam deslocações frequentes).
- (5) A redução da rubrica “bolsa de formação” está associada à redução da oferta formativa, nomeadamente dos cursos EFA’s, que beneficiavam deste tipo de apoio.
- (6) O aumento da rubrica “*Outros Serviços Alimentação dos formandos*” deve-se ao aumento do número de formandos com direito ao subsídio de alimentação.

I.3.3 – Aplicação do Princípio de Continuidade

As contas do presente exercício mantiveram o princípio observado no ano de 2012.

I.4 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No capítulo dos investimentos em novos equipamentos e tecnologias, realizaram-se investimentos em cerca de 12.000,00 €, afetos, prioritariamente, à execução direta dos projetos e às necessidades das atividades pedagógicas.

Destacam-se os investimentos em equipamentos de costura e mesas, ar condicionado para melhorar as condições de trabalho, equipamentos elétricos e eletrónicos e equipamentos de videovigilância.

II. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO – ANO 2014

II.1 PROJETOS DE FORMAÇÃO

■ *Formação de Nível IV – Cursos Profissionais*

Após um período de negociação que envolveu a Câmara Municipal de Felgueiras, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e a tutela, ficou garantido a reposição das quatro turmas dos cursos profissionais que terminam em julho de 2014. Os cursos aprovados são os seguintes:

- Técnico de Gestão/ Planeamento e Produção
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
- Técnico de Instalações Elétricas
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores

■ *Formação de Nível III – Cursos Vocacionais*

A tutela introduziu um novo tipo de formação para substituir os CEF - os Cursos Vocacionais. Em virtude de terminar um CEF no ano de 2014, por forma a repor o n.º de alunos e manter a diversidade das formações, foi apresentada uma candidatura a um segundo curso básico vocacional, em Calçado/Multimédia/Eletricidade. Esse tipo de cursos apesar de apresentar um nível de financiamento reduzido, possibilita a ligação dos alunos à EPF, com vista a um possível ingresso nas formações de nível IV e uma diversificação da oferta formativa.

■ *Formação de Nível V – Cursos de Especialização Tecnológica (CET)*

No âmbito desta tipologia confirmamos o interesse à tutela em desenvolver um CET em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos em parceria com a Escola Superior e Tecnologia de Felgueiras/IPP.

• **Outros projetos/formações**

Ações de Formação Auto-financiadas - A entidade prevê criar um pacote formativo em áreas do domínio da escola, por forma a corresponder às necessidades do tecido empresarial, nomeadamente para apoiar o cumprimento das obrigações formativas previstas no Código do Trabalho. Essas formações constituirão receita própria da instituição.

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

Prestação de Serviços G-Tek – Através do seu Gabinete Técnico, a entidade manterá a sua disponibilidade para a prestação de serviços audiovisuais e multimédia, cujas verbas constituirão receita privativa da instituição.

Outros Projetos com Dimensão Formativa - Na prossecução da sua missão, a entidade manter-se-á atenta às oportunidades que venham a surgir no decorrer do ano civil de 2014, que se apresentem consentâneas com o seu perfil e atividade e se revelem pertinentes para o desenvolvimento do seu projeto estratégico. A Escola estará particularmente atenta ao papel da CIM do Tâmega e Sousa, na medida em que caberá a essa comunidade algumas responsabilidades no que concerne à melhoria das qualificações dos recursos humanos da região.

CQEP – Em outubro de 2013 foi aprovado pela Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, um Centro de Qualificação e Ensino Profissional para a Escola Profissional de Felgueiras. O CQEP destina-se a todas as pessoas que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho. Apesar de existirem ainda algumas indefinições, sobretudo ao nível dos apoios financeiros a conceder a este tipo de estrutura, prevemos que venham a surgir oportunidades em termos de oferta formativa, por forma a que esses centros possam cumprir os objetivos para os quais foram criados.

II.2 PROJETOS EDUCATIVOS

Para a consecução dos objetivos do Projeto Educativo e nomeadamente para fomentar a consolidar dos planos curriculares de cada curso, foi elaborado o Plano de Atividades da Escola para 2013/2014.

Atendendo às restrições financeiras, o plano de atividades assume sobretudo atividades que visam o enriquecimento das aprendizagens dos alunos, nas diferentes áreas de formação.

Do projeto educativo para o período de 2014, destacam-se as seguintes atividades:

- Jornadas Técnicas – cujo objetivo fundamental é a aproximação da escola com a realidade do mundo de trabalho;
- Sessões formativas em unidades empresariais, sociais e culturais, por forma a estabelecer contato com realidades da sociedade;
- Participação em concursos, de caráter técnico e tecnológico com o objetivo de fomentar a competição saudável entre os alunos, e elevar a qualidade dos trabalhos realizados, possibilitando trocas de experiências com outros projetos educativos;
- Five O’Clock TEA – Com a finalidade de promover a Língua inglesa e envolver os alunos numa iniciativa marcada pela divulgação da cultura inglesa e dos seus rituais tradicionais;
- Diversas iniciativas na área socio-cultural – idas ao teatro, museus, comemoração do Dia das Línguas;

Relatório de Gestão – Exercício de 2013

- Atividades desportivas que visam estabelecer momentos de saudável convívio, despertando nos jovens o gosto pelas actividades desportivas que são fundamentais para o bem estar físico e mental;
- Campanhas de sensibilização e informação sobre temáticas ligadas às drogas, tabaco, álcool, alimentação, saúde e ambiente;
- Celebração de datas como o Natal, Carnaval ou final de ano, como forma a cimentar o espírito de grupo e fortalecer as relações inter-pessoais de todos os elementos da comunidade educativa;
- Participação na Descalço'2014, uma organização conjunta da Escola Profissional de Felgueiras, Câmara Municipal de Felgueiras e ACLEM, fomentando a envolvimento da comunidade educativa com o tecido empresarial e permitindo a divulgação dos trabalhos criativos dos nossos alunos numa Montra do que melhor se produz na área do calçado da região.

Para além dessas atividades, serão desenvolvidos esforços no sentido de uma maior aproximação com o tecido empresarial, reforçando a nossa imagem e procurando novas formas de colaboração.

II.3 PROJETOS DE INVESTIMENTO

RECURSOS TÉCNICOS E MATERIAIS

Os recursos técnicos e materiais existentes respondem globalmente às necessidades formativas. Contudo, tendo em conta as restrições financeiras existentes, procuraremos realizar os investimentos que se justifiquem para a melhoria da qualidade do processo de aprendizagem

Deste modo, e respeitando a filosofia estratégica que tem vindo a definir-se, a Escola **manterá o princípio de investimento regular na atualização e reforço de equipamentos, dando prioridade aos investimentos em recursos técnicos diretamente afetos à área formativa.**

A principal necessidade em termos de investimento prende-se com o edifício escolar. As atuais **infraestruturas escolares, com mais de três décadas de utilização, começam a apresentar sinais de degradação, nomeadamente ao nível das coberturas.**

Deste modo, considera-se que o **projecto de NOVAS INSTALAÇÕES** para a EPF, deve ser assumido como projeto prioritário e premente, para um futuro duradouro e sustentável deste Estabelecimento de Ensino.

III. SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

A empresa, não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações nem a quaisquer outras Entidade Publicas.

IV. ACONTECIMENTOS APOS A DATA DO BALANÇO

Após o fecho das contas a empresa foi notificada pelo Tribunal de Trabalho de Guimarães – 2.º juízo, de uma acção movida pela Dr.ª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, opondo-se ao processo de despedimento com justa causa movido em 28 de abril de 2014.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:

Face aos resultados do exercício que apresentam um saldo negativo, no valor de 152.174,00€ (cento e cinquenta e dois mil e setenta e quatro euros), propomos a seguinte aplicação:

- Transferência do prejuízo no montante de 152.174,00€ (cento e cinquenta e dois mil cento e setenta e quatro euros) para Resultados Transitados, para serem cobertos por lucros de exercícios posteriores.

NOTA FINAL

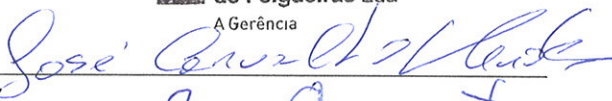
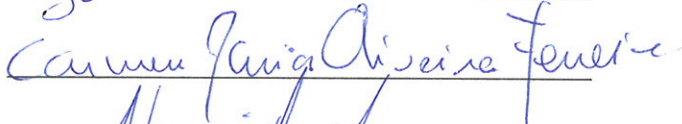
Em sede de encerramento deste exercício, aproveitamos a oportunidade para agradecer à Câmara Municipal de Felgueiras, a confiança depositada no nosso trabalho, bem como agradecer a colaboração dos nossos Fornecedores, Instituições Financeiras, Técnico Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas e demais entidades que participaram activamente no nosso desempenho ao longo do ano de 2013.

Um agradecimento especial aos colaboradores, que num período difícil, souberam colocar acima de tudo o empenho e dedicação para que o projeto da Escola mantenha os níveis de qualidade que a tem caracterizado.

Felgueiras, 5 de junho de 2014



Escola Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência


ANEXO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Felgueiras".

NOTA INTRODUTÓRIA

Identificação da entidade

Firma: EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.
Sede: Rua dos Bombeiros Voluntários – 4610-165 Felgueiras
Natureza da actividade: Ensino Técnico/Profissional



1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidos no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas, consignadas respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respectivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

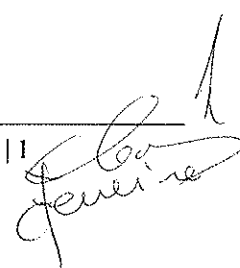
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;

Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.3 - Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.



2.4 - Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

2.5 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respetivas tributações autónomas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

2.6 - Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

2.7 – Intangíveis

a) Intangíveis adquiridos separadamente

Os activos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

2.8 - Imparidade de activos

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

2.9 – Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado.

2.10 - Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

Contas a pagar

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

2.11 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

Registo de impostos diferidos

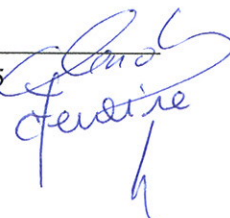
Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas.

2.12 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.13 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.



2.14 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso são incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessão do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3. CORRECÇÕES DE ERROS E ESTIMATIVAS

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não foram efectuados quaisquer correcções de erros ou de estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Numerário	556,03	857,13
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.249,32	37.406,97
Aplicações de tesouraria		
	2.805,35	38.264,10

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2013					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Activo Bruto					
Saldo inicial			9.457,98		9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Aquisições					
Alienações					
Saldo final			9.457,98		9.457,98
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial			-9.457,98		-9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Amortizações do exercício					
Saldo final			-9.457,98		-9.457,98
Activos líquidos			0,00		0,00

31/12/2012					
	Despesas de instalação	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Activo Bruto					
Saldo inicial			9.457,98		9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Aquisições					
Alienações					
Saldo final			9.457,98		9.457,98
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial			-9.457,98		-9.457,98
Ajustamentos de conversão					
Amortizações do exercício					
Saldo final			-9.457,98		-9.457,98
Activos líquidos			0,00		0,00

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2013								
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso
Activo Bruto								
Saldo inicial		111.147,23	687.096,32	90.355,79		65.524,89	90.990,47	1.045.114,70
Aquisições			9.390,30				2.777,61	12.167,91
Alienações								
Transferências e abates								
Regularizações								
Saldo final		111.147,23	696.486,62	90.355,79		65.524,89	93.768,08	1.057.282,61

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	59.782,40	649.412,82	78.196,08	58.470,85	86.083,15	931.945,30
Depreciações do exercício	19.561,96	26.905,10	8.972,57	3.315,23	1.859,26	60.614,12
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações						
Transferências e abates						
Regularizações						
Saldo final	79.344,36	676.317,92	87.168,65	61.786,08	87.942,41	992.559,42
Activos líquidos	31.802,87	20.168,70	3.187,14	3.738,81	5.825,67	64.723,19

31/12/2012

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		61.590,53	653.264,50	90.355,79		60.239,89	88.023,71		953.474,42
Aquisições		49.556,70	33.831,82			5.285,00	2.966,76		91.640,28
Alienações									
Transferências e abates									
Regularizações									
Saldo final		111.147,23	687.096,32	90.355,79		65.524,89	90.990,47		1.045.114,70
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		54.311,80	589.360,16	65.502,88		54.955,51	84.551,25		848.681,60
Depreciações do exercício		5.470,60	60.052,66	12.693,20		3.515,34	1.531,90		83.263,70
Perdas por imparidade do exercício									
Reversões de perdas por imparidade									
Alienações									
Transferências e abates									
Regularizações									
Saldo final		59.782,40	649.412,82	78.196,08		58.470,85	86.083,15		931.945,30
Activos líquidos		51.364,83	37.683,50	12.159,71		7.054,04	4.907,32		113.169,40

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, não houve movimentos relevantes ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

31/12/2013							
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial							
Aquisições				150,00			150,00
Alienações Transferências e abates							
Regularizações							
Saldo final				150,00			150,00
31/12/2012							
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial							
Aquisições							
Alienações Transferências e abates							
Regularizações							
Saldo final							

8. INVENTÁRIOS

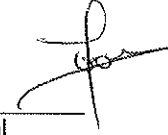
Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	621,73		621,73	445,45		445,45
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	621,73		621,73	445,45		445,45

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor dos inventários e o seu valor contabilístico.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme segue:



	31/12/2013		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	445,45		445,45
Compras	12.847,82		12.847,82
Regularizações			
Saldo final	621,73		621,73
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12.671,54		12.671,54

	31/12/2012		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	1.213,38		1.213,38
Compras	11.972,70		11.972,70
Regularizações			
Saldo final	445,45		445,45
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12.740,63		12.740,63

9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

	31/12/2013				
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.310.542,76	850.080,87	460.461,89	1.310.542,76	
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e Formação	106.205,23	70.350,01	35.855,22	106.205,23	
POPH – Tipologia 2.1 Centro Novas Oportunidades	36.562,60	0,00	36.562,60	36.562,60	
POPH – Tipologia 2.2 Formações Modulares Certificadas	168.143,50	133.093,96	35.049,54	168.143,50	
Cursos Vocacionais	17.695,67	0,00	17.695,67	17.695,67	
	1.639.149,76	1.053.524,84	585.624,92	1.639.149,76	

a) Montante antes de imposto sobre o rendimento

b) Os valores recebidos são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

	31/12/2012				
Subsídio	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar a)
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.430.340,78	975.562,20	454.778,58	1.430.340,78	
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e Formação	185.022,07	126.908,89	58.113,18	185.022,07	
POPH – Tipologia 2.1 Centro Novas Oportunidades	255.252,30	212.620,81	42.631,49	255.252,30	
POPH – Tipologia 2.2	120.035,87	120.035,87	0,00	120.035,87	



39.908,03	39.908,03	0,00	39.908,03
2.030.559,05	1.475.035,80	555.523,25	2.030.559,05

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor das dívidas a receber e o seu valor nominal.

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 25,00%.

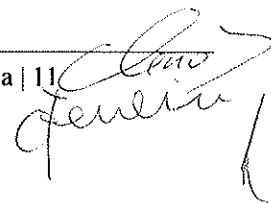
O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes de impostos	-147.193,85	26.242,70
Taxa nominal de imposto	25%	25%
	0,00	6.560,68
Imposto esperado		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		-1.363,16
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		1.185,95
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à colecta – tributação autónoma	3.967,86	2.368,69
Ajustamentos à colecta – derrama	0,00	383,01
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	3.967,86	9.135,17
Taxa efectiva de imposto		34,81%
Imposto corrente	3.967,86	9.135,17
Imposto diferido gerado no exercício	1.112,29	1.415,64
	5.080,15	10.550,81

Impostos diferidos

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mais valias contabilísticas diferidas				
Perdas de imparidade e provisões				
Ajustamentos de conversão				





0,00	1.112,29
0,00	1.112,29

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2010 a 2013 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 são detalhadas conforme se segue:

ACTIVOS FINANCEIROS	31/12/2013	31/12/2012
Contas a receber de terceiros	580.436,86	570.001,95
Caixa e seus equivalentes	2.805,35	38.264,10
	583.242,21	608.266,05
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	109.819,51	14.705,41
Outras contas a pagar a terceiros	157.458,22	287.270,69
	267.277,73	301.976,10

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:

- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com actividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de crédito

O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de Dezembro de 2013, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é detalhada conforme segue:

Clientes	31/12/2013			31/12/2012		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido						
Vencido:						
0-30 dias				492,00		492,00
30-90 dias	329,60		329,60	2.591,84		2.591,84
90-180 dias	1250,00		1250,00			
180-360 dias						
> 360 dias	2.541,00	2.541,00		2.541,00	2.541,00	
	3.841,60	2.541,00	1.300,60	5.624,84	2.541,00	3.083,84

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional.

Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica de "Outros activos financeiros" apresentava a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Não vencido	76.442,19	9.614,25
Vencido:		
0-30 dias	25.868,30	5.036,61
30-90 dias	7.501,81	54,55
90-180 dias	47,97	
180-360 dias		
> 360 dias		

Instrumentos de capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da empresa era constituído por duas quotas:

- Uma de 372.240,00€ pertencente à Câmara Municipal de Felgueiras.
- Outra de 3.760,00€ pertencente a Paula Cristina Moreira Marques Dantas.

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2013	31/12/2012
Subs. ao invest. POPH -1.5		
Outros Gastos a Reconhecer	6.205,03	11.355,27
	6.205,03	11.355,27
DIFERIMENTOS PASSIVOS	31/12/2013	31/12/2012
	0,00	0,00
	0,00	0,00

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

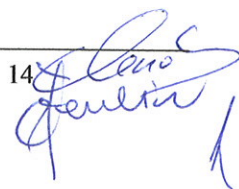
Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas "Adiantamentos de clientes" e "Adiantamentos a fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos de clientes		
Adiantamentos a fornecedores	40,76	

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	3.342,88		4.918,80	
Pagamentos especiais por conta	1.000,00		1.000,00	
Estimativa de imposto		3.967,86		9.135,17



Retenção na fonte	302,22		
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		15.537,30	10.998,49
Imposto sobre o valor acrescentado		90,85	576,65
Contribuições para a Segurança Social		19.793,53	21.101,45
Tributos das autarquias locais			
Outros			
	<u>4.645,10</u>	<u>39.389,54</u>	<u>5.918,80</u>
			<u>41.811,78</u>

15. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados
Vendas:						
Mercadorias						
Produtos acabados						
Prestações de serviços:						
Rec.Próprias Secretaria	400,00					
Rec.Projetos Formação						
Receitas - Gtek	2.341,66			2.507,19		
	<u>2.741,66</u>			<u>2.507,19</u>		

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é detalhada conforme se segue:

	2013	2012
Serviços Especializados	30.402,36	37.502,26
Publicidade e Propaganda	7.639,53	9.181,95
Vigilância e Segurança	246,00	1.845,00
Honorários	178.745,71	238.040,46
Conservação e Reparação	9.613,40	28.882,57
Serviços Bancários	82,98	1.379,50
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	683,01	922,65
Livros e Documentação Técnica	121,77	1.778,75
Material Escritório	16.786,93	23.386,65
Ofertas	20,00	198,57
Materia Pedagógico	37.111,23	57.600,90
Electricidade	296,96	396,41
Combustíveis	6.223,24	7.373,72
Água	1.693,91	1.439,26

Handwritten signature and initials in blue ink.



Deslocações e Estadas	161.251,01	150.967,31
Desl. Formados	158.009,84	142.511,89
Aloj. Formandos	3.041,17	6.976,44
Outras	200,00	1.478,98
Rendas e Alugueres	7.820,28	13.299,99
Despesas Postais	611,99	824,54
Telefone/Internet	15.635,93	18.433,60
Seguros	5.296,45	5.183,38
Viaturas	1.713,01	1.769,41
Outros	3.583,44	3.413,97
Contencioso e Notariado	857,23	400,09
Despesas Representação	474,84	348,10
Limpeza, Higiene e Conforto	5.034,79	6.510,25
Outros Serviços	279.216,04	278.137,56
Impresa/Revistas	288,82	933,48
Desp c/ out Activ	891,94	1.383,78
Bolsas	24.622,82	40.647,94
Aliment. Formandos	245.780,37	225.258,33
Out. Desp. c/Formandos	4.999,47	6.700,91
Portagens e Estacionamento	920,85	1.071,62
Diversos	1.711,77	2.141,50
TOTAL FSE	765.865,59	884.033,47

17. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 detalha-se da seguinte forma:

	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	50.881,88	45.828,99
Remunerações do Pessoal	725.463,91	733.497,85
Indemnizações	0,00	53.751,22
Encargos sobre Remunerações	162.035,91	157.582,81
Seguros Acidentes Trabalho	10.677,47	11.040,41
Gastos Acção Social	569,80	1.018,73
Outros	174,70	1.397,85
	949.803,67	1.004.117,86

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 3.000,00€.

Nº de trabalhadores ao serviço: 41

18. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Intangíveis (Nota 6)		
Activos fixos tangíveis (Nota 7)	60.614,12	83.262,70
	60.614,12	83.262,70

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Rendimentos suplementares	14.700,40	13.592,14
Diferenças de câmbio		
Descontos de pronto pagamento	0,02	172,20
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis		
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	3.461,03	22.456,75
	18.161,45	36.221,09

20. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 é conforme se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e taxas	808,40	677,13
Dívidas incobráveis		4.800,00
Perdas em inventários		
Donativos		
Quotizações	950,00	2.017,84
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	20,00	627,17
Indemnizações contratuais		
Outros	361,95	3.525,82
	2.140,35	11.647,96

21. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	1.762,45	8.348,92
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		290,56
	1.762,45	8.639,48
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento		
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	1.762,45	8.639,48

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito		
Outros financiamentos concedidos	1.208,83	346,66

23 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência em 05.06.2014.

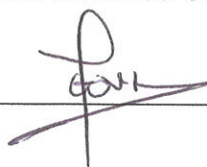
Entre a data de balanço e a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras, foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data de Balanço.

Em 14 de fevereiro de 2013 foi deliberada, em Assembleia Geral, a dissolução da sociedade. Este facto não foi considerado materialmente relevante em 2012, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que da referida decisão incorpora um compromisso do Município de Felgueiras de que as actividades desta Escola passarão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma nova empresa municipal que irá ser constituída antes do registo da liquidação da EPF. Mantendo-se todos os pressupostos considerados em 2012 e não ocorrendo em 2013 nenhum facto relevante que levasse à alteração desses pressupostos, as contas de 2013 foram apresentadas tendo por base o princípio da continuidade.

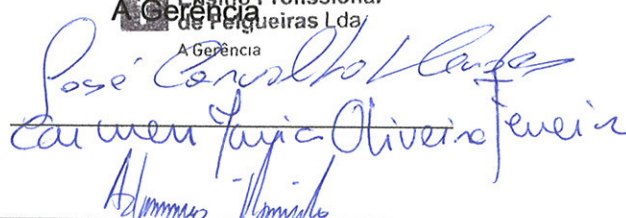
Após o fecho das contas a empresa foi notificada pelo Tribunal de Trabalho de Guimarães – 2.º juízo, de uma acção movida pela Dr.ª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, opondo-se ao processo de despedimento com justa causa movido em 28 de abril de 2014.

Felgueiras, 05 de Junho de 2014

O Técnico Oficial de Contas




Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência



Entidade: ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA.

Balanço em 31.12.2013

NIF: 504 575 848

EUR

CÓDIGO DE CONTAS	RUBRICAS	Notas	Datas	
			31.12.2013	31.12.2012
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43+453+455-459	Activos fixos tangíveis	2.6/2.8/2.11/6	64.723,19	113.169,40
42+455+452-459	Propriedades de investimento			
441	Goodwill			
44(excepto 441)+454+455-459	Activos intangíveis			
372	Activos biológicos			
4111+4121+4131-419	Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
4112+4122+4132+4141-419	Participações financeiras - Outros métodos			
266+268-269	Accionistas/Sócios			
4113+4123+4133+4142+415-419+451+455-459	Outros activos financeiros	2.10/7	150,00	
2741	Activos por impostos diferidos			1.112,29
			64.873,19	114.281,69
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	2.9/8	621,73	445,45
371	Activos biológicos			
211+212-219	Clientes	2.10/11	1.300,60	3.083,84
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores		40,76	
24	Estado e outros entes públicos	14	4.645,10	5.918,80
263+268-269	Accionistas/Sócios			
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	2.10/11	585.624,92	566.918,11
281	Diferimentos	2.13/12	6.205,03	11.355,27
1411+1421	Activos financeiros detidos para negociação			
1431	Outros activos financeiros			
46	Activos não correntes detidos para venda			
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	2.10/4/11	2.805,35	38.264,10
			601.243,49	625.985,57
	Total do ACTIVO		666.116,68	740.267,26
	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	CAPITAL PRÓPRIO			
51-261-262	Capital realizado	10	376.000,00	376.000,00
52	Acções (quotas) próprias			
53	Outros instrumentos de capital próprio			
54	Prémios de emissão			
551	Reservas legais		2.105,19	2.105,19
552	Outras reservas			
56	Resultados transitados	3	18.374,21	2.682,32
57	Ajustamentos em activos financeiros			
58	Excedentes de revalorização			
59	Outras variações no capital próprio			
818	Resultado líquido do período		(152.274,00)	15.691,89
	Interesses minoritários			
	Total do Capital Próprio		244.205,40	396.479,40
	PASSIVO			
	Passivo não corrente			
29	Provisões			
25	Financiamentos obtidos			
273	Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
2742	Passivos por impostos diferidos			
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar			
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores	2.10/11	109.860,27	14.705,41
218+276	Adiantamentos de clientes			
24	Estado e outros entes públicos	14	39.389,54	41.811,76
264+265+268	Accionistas/Sócios			
25	Financiamentos obtidos		108.714,59	
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	2.10/11	163.946,88	287.270,69
282+283	Diferimentos			
1412+1422	Passivos financeiros detidos para negociação			
1432	Outros passivos financeiros			
	Passivos não correntes detidos para venda			
			421.911,28	343.787,86
	Total do Passivo		421.911,28	343.787,86
	Total do Capital Próprio e do Passivo		666.116,68	740.267,26

O TECNICO OFICIAL CONTAS

A GERÊNCIA

Ensino Profissional de Felgueiras Lda

A Gerência

Pos. Carvalho e Lander
Carmen Júlia Oliveira Feneir
Alm. Pinto

Entidade: ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA

Demonstração dos Resultados por naturezas em 31.12.2013

NIF: 504 575 848

EUR

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
				2013	2012
+71+72	Vendas e serviços prestados	+	2.2/15	2.741,66	2.507,19
+75	Subsídios à exploração	+	2.4/9	1.623.551,93	1.991.610,86
+785-685+792	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-			
+73	Variação nos inventários da produção	+/-			
+74	Trabalhos para a própria entidade	+			
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	8	(12.671,54)	(12.740,63)
-62	Fornecimentos e serviços externos	-	16	(765.865,59)	(884.033,47)
-63	Gastos com pessoal	-	17	(949.803,67)	(1.004.117,86)
-652+7622	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+			
-651+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
-653-657-658+7623+7627+7628	Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor	+/-			
+78(excepto 785)+791(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	+	19	18.161,45	36.221,09
-68(excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	-	20	(2.140,35)	(11.647,96)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		(86.026,11)	117.799,22
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		(60.614,12)	(83.263,70)
-654-655-656+7624+7625+7626	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+			
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(146.640,23)	34.535,52
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	+	21	1.208,83	346,66
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados	-	2.3/21	(1.762,45)	(8.639,48)
811	Resultado antes de impostos	=		(147.193,85)	26.242,70
812	Imposto sobre rendimento do período	-/+	2.5/10	(5.080,15)	(10.550,81)
818	Resultado líquido do período	=		(152.274,00)	15.691,89
	Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
	Resultado líquido do período atribuível a: (1)				
	Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
	Interesses minoritários	+/-			
		=			
	Resultado por acção básico				

(1) - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O TECNICO OFICIAL CONTAS



GERENCIA

Ensino Profissional
de Felgueiras Lda

A Gerência

Jose Carvalho Mendes
Carvalho Maria Oliveira Ferreira
Almuneir Almeida

Entidade: ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA
 Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2013
 NIF: 504 575 848

EUR

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo					
Recebimentos de clientes		+		4.663,48	1.008,60
Pagamentos a fornecedores		-		(611.836,31)	(974.186,83)
Pagamentos ao pessoal		-		(553.234,78)	(998.157,09)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(1.160.407,61)	(1.971.335,32)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		(7.443,68)	(14.590,62)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		1.036.549,48	2.474.830,17
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		(131.301,81)	488.904,23
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(12.167,91)	(91.640,28)
Activos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-		(150,00)	
Outros activos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+			
Activos intangíveis		+			
Investimentos financeiros		+			
Outros activos		+			
Subsídios ao investimento		+			
Juros e rendimentos similares		+			
Dividendos		+			
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(12.317,91)	(91.640,28)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+		108.714,59	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+			
Cobertura de prejuízos		+			
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+		1.208,83	346,66
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-			(351.103,91)
Juros e gastos similares		-		(1.762,45)	(8.639,48)
Dividendos		-			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	+/-		108.160,97	(359.396,73)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	+/-		(35.458,75)	37.867,22
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		38.264,10	396,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		2.805,35	38.264,10

O TECNICO OFICIAL CONTAS



AGENCIA
Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
 A Gerência

For e Conselho
Carminha Maria
Adm. Amado

Entidade: ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, LDA
Demonstração das alterações no Capital Próprio no período 2013
NIF: 504 575 848

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1		376.000,00				2.105,19		2.682,32				15.691,89	396.479,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2,4/3							15.691,89				(15.691,89)	
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								15.691,89				(15.691,89)	
3 RESULTADO INTEGRAL												(152.274,00)	(152.274,00)
4-2+3 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												(167.965,89)	(152.274,00)
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1		376.000,00				2.105,19		18.374,21				(152.274,00)	244.205,40

O TÉCNICO OFICIAL CONTAS

Ensino Profissional de Felgueiras Lda

A Gerência

Jose Carvalho
Carvalho
Almeida



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, Lda.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 666.117 euros e um total de capital próprio de 244.205 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 152.274 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita na reserva abaixo indicada, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



RESERVA

7. Na sequência da Lei 50/2012, de 31 de agosto, fazendo cumprir o que dispõe o seu artigo 62º, foi, em 28 de Fevereiro de 2013, deliberado pelo Município de Felgueiras, a dissolução da sociedade.

Tendo por base tal deliberação, considerando que as contas reportadas a 31 de Dezembro de 2012, foram elaboradas numa perspetiva de continuidade, foi emitida uma certificação legal das contas adversa, considerando a necessidade de constituir uma provisão de 499.000€, para fazer face às responsabilidades relativas aos direitos laborais adquiridos pelos quadros da Empresa.

A proposta aprovada referia que as atividades passariam, no futuro, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma nova entidade que deverá ser constituída antes do registo de liquidação.

No sentido de melhor esclarecer o enquadramento de tal deliberação e o alcance das disposições legais agora aplicáveis, posteriormente solicitámos parecer jurídico sobre esta matéria, tendo o mesmo concluído quanto à força jurídica obrigatória e executiva de tal deliberação, assumindo essa uma função definitiva e imperativa para o Município, para a Empresa e para terceiros. Consequentemente, segundo tal parecer, perante as condições estabelecidas na deliberação, estará garantida a continuidade da atividade da escola profissional, bem como a manutenção dos postos de trabalho que, naquelas condições e de acordo com o artigo 285º do Código do trabalho, virão a ser inseridos numa nova entidade institucional.

Nestas circunstâncias, não nos é possível determinar o efeito nas contas das consequências da deliberação tomada pelo Município, com a natureza e as condições aí expressamente referenciadas, em especial, no que diz respeito à necessidade de proceder à constituição da provisão de cerca de 441.000€, para fazer face às eventuais responsabilidades associadas à totalidade dos direitos laborais em causa, valor este agora reportado a 31 de dezembro de 2013.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita na reserva acima indicada,, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, numa óptica de continuidade de exploração, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, Lda.**, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

10. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, temos a observar o seguinte:

- 10.1 Como vimos, de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Municipal de Felgueiras, as atividades da Escola Profissional passarão, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma outra entidade antes do registo da liquidação desta sociedade por quotas "Ensino Profissional de Felgueiras, Lda". Nesses termos, apesar da previsível extinção desta, as suas contas foram preparadas com a perspetiva de transferência de todos os ativos e passivos, direitos e obrigações para essa nova entidade, pelo que as demonstrações financeiras da sociedade, numa óptica de liquidação, não difeririam significativamente, atenta a reserva por limitação de âmbito acima expressa, das demonstrações financeiras agora apresentadas pela gerência, numa óptica de continuidade de exploração.



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 10.2 Tal como refere a nota 23 do anexo, em 28 de abril de 2014, foi decidido pela gerência proceder ao despedimento da anterior diretora e gerente, com justa causa. Encontra-se em curso uma ação de impugnação de tal despedimento.

Porto, 11 de junho de 2014

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)